



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150842 - MG (2021/0233717-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : VICTOR HOSTALACIO PAIVA (PRESO)
ADVOGADO : HERBERT BUENO FIRMINO PEREIRA - MG108099
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por VICTOR HOSTALÁCIO PAIVA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.108741-6/000).

O recorrente foi preso preventivamente, em razão da suposta infração dos arts. 33, *caput*, e 35, ambos da Lei 11.343/06.

Sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a segregação antecipada, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, porquanto o paciente seria primário, com residência fixa e trabalho lícito, tendo a prisão sido embasada apenas na gravidade abstrata do delito, o que não é permitido pelo ordenamento jurídico.

Defende que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Requer, liminarmente, seja permitido aguardar em liberdade o trânsito em julgado da ação penal, expedindo-se o competente alvará de soltura. No mérito, pugna pelo provimento da insurgência para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado nota-se que foram declinados os fundamentos para a revogação da prisão preventiva do paciente, consoante se extrai da seguinte passagem (fls. 176):

A moderna posição do direito processual penal traz como pressuposto para a decretação e manutenção da prisão cautelar o periculum libertatis, ou seja, é necessário que haja um perigo na liberdade do imputado a justificar sua prisão.

Neste caso, deve restar provado que há perigo social se o paciente permanecer em liberdade, bem como para o curso do processo, e, ainda, que há provas do cometimento do delito.

No caso dos autos todas as condições acima mencionadas encontram-se presentes.

Ademais, ante a demonstração concreta dos motivos que ensejam a custódia preventiva do paciente, não há que se falar em aplicação das medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP.

Ressalto, ainda, que a expectativa de que em caso de eventual condenação, seja o paciente agraciado

*com regime de cumprimento de pena mais brando
não afasta a possibilidade de prisão preventiva,
quando preenchidos os requisitos dos artigos 312 e
313 do CPP.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência